

O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro

The increase of military ranks in ballot names as an indicator of changes in the Brazilian social imaginary

*Paola Santos Lima SOARES**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar, com base nos pressupostos teóricos da Antroponomástica e das Ciências Políticas, os nomes de urna de candidatos militares ao cargo de deputado estadual em um período de 20 anos, entre 1998 e 2018. Pretende-se verificar se a preferência pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna poderia variar em conformidade com mudanças no imaginário social brasileiro. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa dos dados e verificado se há correlação entre os resultados numéricos encontrados e a vigência da “direita envergonhada”, fenômeno, em declínio, que perdurava desde a época da redemocratização e se refere ao constrangimento da direita por sua associação ao regime militar, em função de sua avaliação negativa pela sociedade. Os resultados encontrados atestam a hipótese de que o imaginário coletivo sobre o regime militar influenciou a opção ou não dos militares por incluir postos e graduações em nomes de urna, afinal, em meio à ascensão de discursos favoráveis ao regime e, conseqüentemente, com o arrefecimento

ABSTRACT: This article aims to analyze, based on the theoretical assumptions of Anthroponomastics and Political Science, the ballot names of military candidates for the position of state deputy over a period of 20 years, from 1998 to 2018. We intend to verify if the preference for the addition of military ranks in ballot names could vary according to changes in the Brazilian social imaginary. For this, a quantitative analysis of the data was carried out and was verified the correlation between the numerical results found and the influence of the “ashamed right”, a phenomenon in decline, that lasted since the redemocratization process in Brazil, and refers to the embarrassment of the right for its association with the military regime, due to its negative evaluation by society. The results validate the hypothesis that the collective imaginary about the military regime influenced the choice to add or not ranks in ballot names, after all, with the increase of discourses favorable to the military regime and, consequently, with the weakening of the “ashamed right”, the number of ranks in ballot names has increased significantly. This proves that patterns in forming

* Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0268-7163>. paolasantoslimasoares@gmail.com

do fenômeno da “direita envergonhada”, o número de postos e graduações em nomes de urnas teve um aumento significativo. Isso prova que os padrões no processo de formação de nomes de urna podem indicar aspectos políticos e sociais.

ballot names can indicate political and social aspects.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes de urna. Regime militar. Antroponomástica. Direita envergonhada. Ciências Políticas.

KEYWORDS: Ballot names. Military regime. Anthroponomastics. Ashamed right. Political Sciences.

1 Introdução

Neste artigo, o objeto de estudo são os nomes de urna escolhidos por candidatos militares ao cargo de deputado estadual no Brasil, em um período de 20 anos, de 1998 a 2018. O objetivo do trabalho é verificar se a opção pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna pode evidenciar aspectos sociais e políticos do Brasil e variar em conformidade com mudanças no imaginário social.

Conforme Carvalho (1987), o imaginário social se refere às imagens e às representações que se materializam nos discursos. Ele se relaciona a relações de poder porque é por meio dele que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias” (CARVALHO, 1987, p. 10). Nesse sentido, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 1987, p. 11). Isto é, é evidente o caráter político da manipulação do imaginário coletivo e, quando há alterações nas visões de mundo vigentes, conseqüentemente, alteraram-se as estratégias para se ter acesso ao poder.

Os nomes de urna integram as estratégias que os candidatos dispõem para atrair e persuadir os eleitores, conforme Amaral e Machado (2015). Sob o ponto de vista da Linguística, entende-se por nome de urna uma categoria Antroponomástica

que se refere à forma denominativa adotada por candidatos a cargos políticos no Brasil. Trata-se do nome pelo qual o candidato será reconhecido durante o período eleitoral, mas que, a pedido do candidato, pode dar origem ao nome parlamentar, forma designativa empregada em referência ao candidato durante o mandato, em reuniões e em documentos oficiais (AMARAL; MACHADO, 2015). Na categoria dos nomes de urna, destaca-se o caráter temporário e opcional, visto que a sua vigência limita-se ao período de campanha eleitoral e a sua constituição pode equivaler ao nome civil ou dispor de elementos diversos escolhidos pelo próprio candidato, com poucas restrições, como será discutido adiante.

Diante disso, as questões que se apresentam são as seguintes: de que forma os discursos sobre o regime militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, influenciaram a opção pela inclusão ou não de postos e graduações militares em nomes de urna? É possível encontrar correlação entre os discursos que circulam sobre o regime militar e a opção dos candidatos em incluir ou não postos e graduações militares em nomes de urna ao longo do tempo? Frente a essas questões, a hipótese que se deseja testar aqui é a de que os nomes de urna poderiam atuar como indicadores de mudanças políticas por acreditar-se que a sua composição influencia-se pelos discursos que circulam na sociedade.

Tendo em vista o exposto, o artigo irá subdividir-se nas seguintes partes: inicialmente, serão apresentados os pressupostos teóricos, em que serão retomados alguns estudos antroponímicos e informações legais sobre os nomes de urna, além de estudos que discutem o fenômeno da “direita envergonhada” no Brasil ao longo do tempo. Em seguida, virá a metodologia com os resultados e a análise dos dados e, por fim, as considerações finais, com as conclusões do trabalho.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Os nomes de urna e o quadro teórico da Antroponomástica

A Antroponomástica é uma das áreas da Onomástica, um campo de estudos mais amplo que se ocupa dos nomes próprios de uma língua, que incluem dentre outras categorias os *topônimos*, nomes de lugares, e os *antropônimos*, nomes de pessoas. De modo mais específico, a Antroponomástica interessa-se pelo estudo dos nomes próprios de pessoas, sobretudo pela busca de critérios de formação dos antropônimos e pela classificação dos seus diversos tipos.

De acordo com Van Langendonck (2007), há quatro subclasses de nomes próprios que formam um *continuum*, ordenado de acordo com a prototipicidade dos nomes. Na classe mais prototípica, constariam os nomes de pessoas. E nas duas classes localizadas no extremo oposto estariam somente nomes comuns. O autor ainda define algumas subcategorias, como o *nome primário*, que se trata do primeiro nome ou aquele que se usa para chamar atenção de uma pessoa, e o *nome secundário*, que se trata do sobrenome ou nome de família. Também menciona os *nomes oficiais*, que são aqueles registrados em instituições oficiais como a Igreja ou o Estado, e os *nomes não oficiais*, aqueles que podem ser dados por qualquer um, como os apelidos.

Fernández Leborans (1999) evidencia a heterogeneidade da classe dos nomes próprios em sua classificação. De acordo com a autora, a classe dos nomes próprios é constituída por três elementos: o *nome de batismo*, isto é, o primeiro nome; os *sobrenomes* ou *apelidos*, nomes geralmente formados a partir do nome do pai; e os *hipocorísticos*, nomes em forma abreviada ou no diminutivo empregados de modo afetivo.

Para o Português Brasileiro, há a proposta de Amaral (2011), que abrange subcategorias distribuídas em dois grupos: o primeiro grupo é o dos *ortônimos*, que consiste no nome civil completo conforme registro em instituição oficial e inclui o *prenome*, o primeiro nome ou aquele que antecede o sobrenome, e o *sobrenome* ou o *nome de família*, que são o(s) nome(s) pospostos ao prenome. O segundo grupo é o

grupo dos *alônimos*, que abrange nomes não oficiais que sinalizam intimidade ou são empregados em âmbitos mais restritos. Entre os itens mais comuns que se incluem nesse grupo estão os *hipocorísticos*, formados a partir de alterações como a abreviação, o diminutivo ou o aumentativo de antropônimos; os *apelidos* ou a *alcunha*, nomes não oficiais dados a alguém por outra pessoa; e os *pseudônimos* e os *codinomes*, nomes escolhidos por um indivíduo para substituir o seu próprio prenome. Nesse grupo também se incluem nomes usados em contextos específicos como o *heterônimo*, nome de um personagem fictício, criado como persona de um indivíduo; o *nome artístico*, nome escolhido por artistas para substituir o seu nome civil e o *nome de guerra*, nome pelo qual um indivíduo é conhecido em uma esfera de atividade.

De modo mais específico, aproximando-se do objeto de estudo deste trabalho, Amaral e Machado (2015) analisam processos de formação dos nomes de urna e de nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto, entre 1989 e 2013, para verificar a relação entre os nomes de urna e os apelidos dos candidatos. Conforme os resultados apresentados pelos autores, os nomes de urna são constituídos, geralmente, pelas formas pelas quais o candidato é conhecido no município em que reside, isso facilitaria o seu reconhecimento pelos eleitores.

Para clarificar melhor o conceito de nome de urna, como há poucos estudos sobre o tema, faz-se necessário empregar definições e classificações de dispositivos normativos do ordenamento jurídico brasileiro:

O candidato às eleições proporcionais indicará, no pedido de registro, além de seu nome completo, as variações nominais com que deseja ser registrado, até o máximo de três opções, que poderão ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual é mais conhecido (art. 12, Lei N^o 9.504/1997).

Isto é, o nome de urna é um nome escolhido pelo próprio candidato, por meio do qual será reconhecido durante a campanha eleitoral. A sua formação tem poucas

restrições, o candidato pode optar por qualquer combinação “desde que não se estabeleça dúvida quanto à sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente” (art. 12, Lei Nº 9.504/1997).

2.3 O fenômeno da “direita envergonhada” e o regime militar no Brasil

No debate político, é comum a busca por critérios que permitam delimitar o eixo esquerda/direita. No Brasil, apesar de controversa a validade da noção de polarização, há estudos que investigam as características intrínsecas a cada um desses polos para evidenciar a sua oposição. Ao revisar a literatura sobre o assunto, destaca-se, entre as variáveis comumente investigadas, a avaliação negativa ou positiva do regime militar no Brasil (PIERUCCI, 1987; SOUZA, 1988; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; MADEIRA; TAROUÇO, 2010). As conclusões a que se chega nesses trabalhos são as de que os partidos conservadores, para além de convergências econômicas, sociais, políticas e morais, têm em seu histórico forte associação com o regime militar, o que tem sido motivo de constrangimento desde a época da redemocratização. Daí emerge o conceito de “direita envergonhada”, cunhado por Souza (1988), fenômeno retomado em diversos outros trabalhos sobre o tema.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000), ao traçar a genealogia dos partidos conservadores, relembram que o regime militar teve grande aceitação de partidos e políticos conservadores, que foram incorporados ao governo e se mantiveram no cenário político pós-redemocratização. Os autores chamam atenção para o posicionamento da ala conservadora na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988:

Os partidos conservadores tendiam a apoiar algumas posições autoritárias mais do que os outros partidos, e defenderam políticas militares controversas como o arquivamento por tempo indefinido de documentos oficiais confidenciais e uma total recusa em reconhecer os

abusos contra os direitos humanos do regime anterior. [...] o que lhes conferiu a reputação logo em seguida à transição de defensores árdus das prerrogativas militares (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 34).

Nesse contexto, era comum que os políticos evitassem situar-se à direita quando solicitado que se auto classificassem. Por exemplo, em uma pesquisa realizada por Rodrigues (1987) com 428 deputados federais, não houve políticos que se auto classificassem como membros da “direita radical”, somente 6% se definiram como de centro-direita ou moderados, 37% de centro, 52% de centro-esquerda e 5% de esquerda-radical:

No conjunto, a esquerda (“extrema-esquerda”, “esquerda” mais “centro-esquerda”) tem mais da metade da Constituinte, enquanto a direita (“extrema-direita”, “direita” e “centro-direita”) praticamente desaparece[...]. A julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (RODRIGUES, 1987, p. 99).

Em acréscimo, outro autor que chama atenção para esse incômodo de assumir-se “de direita” é Pierucci (1987). De acordo com o autor, “os políticos de direita, [...], têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda [...]” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Tal constrangimento seria um espólio do regime militar, “o regime militar foi quem deixou para as direitas essa herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Nesse sentido, negar o posicionamento à direita tinha como função ocultar o apoio ao regime militar, o que se configurava como uma estratégia para angariar votos:

No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita (PIERUCCI, 1987, p. 36).

Avançando-se no tempo, esse conceito é retomado por Madeira e Tarouco (2010), que evidenciam, na origem dos principais partidos existentes à época, o vínculo com o regime militar:

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário [...] e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar) (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 4).

Os autores, após reafirmarem a prevalência do fenômeno da “direita envergonhada”, ponderam que “por se tratar de um período histórico específico, a influência do regime autoritário tende a diminuir com o passar do tempo” (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 6).

No entanto, uma reviravolta pode ser apontada em trabalhos que sinalizam a ascensão de uma “nova direita” no Brasil, que ganhou força a partir da chegada de uma “onda conservadora”, como afirmam Chaloub e Perlatto (2015). Maitino (2018) ressalta que essa nova vertente pôs fim ao “fenômeno da direita envergonhada”, o que se confirma a partir da popularidade de atores políticos que se declaram “direitistas” com orgulho (MAITINO, 2018). Esse fato deu voz a políticos como Jair Bolsonaro, que “apesar de ser deputado federal desde 1991, nunca se caracterizou como “direita envergonhada”, assumindo abertamente sua posição à direita e sua adesão ao regime militar” (MAITINO, 2018, p. 117). De acordo com Maitino (2018), verifica-se no cenário político atual uma série de transformações:

O retorno de grupos de vocabulário anticomunista, abertamente simpáticos ao regime militar, a posições de destaque no debate político nacional vem gerando surpresa e apreensão em muita gente. Essas transformações, associadas ao surgimento de uma “nova direita”, põem em xeque algumas das noções estabelecidas sobre o campo

conservador brasileiro, renovando o interesse no estudo das formações políticas de direita (MAITINO, 2018, p. 112).

Portanto, verifica-se que houve uma mudança brusca nos discursos sobre o Regime Militar, o que sinaliza mudanças no imaginário social brasileiro. Nas seções seguintes, será verificado se isso influenciou o padrão de comportamento dos militares no que se refere à inclusão de postos e graduações em nomes de urna.

3 Metodologia

Para responder as questões suscitadas nesse trabalho, foram coletadas, no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informações sobre os nomes de urna de deputados estaduais militares da ativa e reformados, entre os anos de 1998 e 2018. Optou-se por não incluir nessa pesquisa bombeiros militares por não se considerar que essa categoria carregue estereótipos que a vincule à ideia de autoritarismo. Ainda, optou-se por restringir a pesquisa à análise dos candidatos ao cargo de deputado estadual para viabilizar uma comparação em um contexto mais amplo, levando-se em consideração dados distribuídos por todo o Brasil.

Por meio do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, foi possível obter informações sobre o nome civil, o nome de urna e a ocupação profissional dos candidatos. Ao todo, foram analisados os dados de 3039 candidatos, distribuídos ao longo de seis legislaturas. O procedimento realizado consiste em uma análise quantitativa do número de candidatos que optaram por incluir postos e graduações militares em nomes de urna em cada uma das legislaturas, para verificar se há algum padrão de comportamento que corrobore a tese de que o fenômeno da “direita envergonhada” tenha influenciado essa escolha ao longo dos anos. Os dados foram dispostos em uma tabela, para facilitar a comparação:

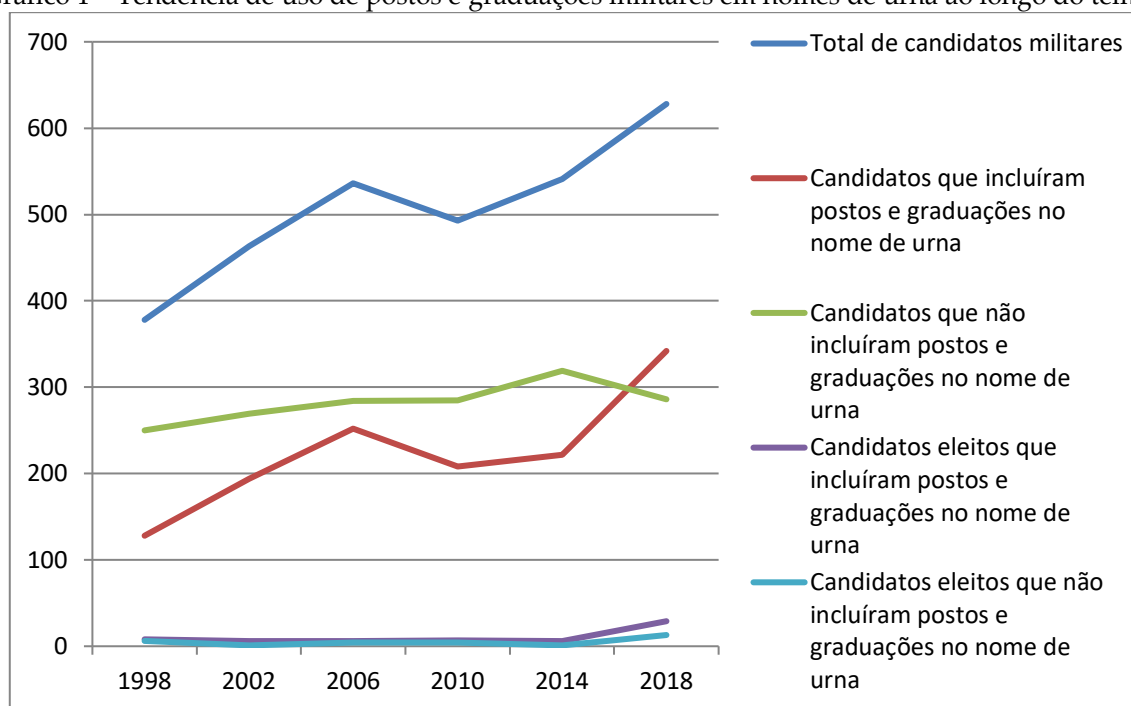
Tabela 1 – Número de postos e graduações militares em nomes de urna ao longo dos anos.

	1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de candidatos militares	372	100	455	100	530	100	490	100	525	100	615	100
Candidatos militares que incluíram postos e graduações em nomes de urna	126	33,8	189	41,5	251	47,3	206	42,0	213	40,5	333	54,1
Candidatos militares que não incluíram postos e graduações em nomes de urna	246	66,1	266	58,4	279	52,6	284	57,9	312	59,4	282	45,8
Candidatos eleitos com postos e graduações em nomes de urna	8	2,1	6	1,3	6	1,1	7	1,4	5	0,9	29	4,7
Candidatos eleitos sem postos e graduações em nomes de urna	6	1,6	1	0,2	4	0,7	4	0,8	1	0,1	13	2,1

Fonte: elaborada pela autora.

Complementarmente, foi elaborado um gráfico para melhor visualização de tendências e desvios ao longo do tempo:

Gráfico 1 – Tendência de uso de postos e graduações militares em nomes de urna ao longo do tempo.



Fonte: elaborada pela autora.

Em seguida, serão apresentados os resultados das análises que se fizeram dos dados dispostos acima.

4 Discussão dos resultados

Conforme os dados numéricos encontrados, há um acréscimo no número de candidatos militares a cada legislatura, com uma leve queda no ano de 2010. Verifica-se que o aumento de candidatos militares em 2018 é de mais de 60% se comparado ao ano de 1998.

Apesar disso, há uma constância no percentual de militares que optaram por incluir postos e graduações militares em nomes de urna até 2014, nunca alcançando um valor percentual de 50%. Como pode ser visto na tabela 1, é sempre maior o número de candidatos que optaram por não incluir postos e graduações em nomes de urna até 2014. No entanto, é notável que houve uma reviravolta no ano de 2018, no que se refere a esses dados especificamente. Em 2018, o número de candidatos que optaram por nomes de urna com postos e graduações militares ultrapassou 50%, superando o número dos que optaram por não incluir, pela primeira vez em um período de 20 anos.

Em relação ao número de candidatos militares eleitos, constata-se que sempre foi maior o número de candidatos eleitos com postos e graduações militares em nomes de urna. O que chama atenção nos números contabilizados é que sempre foi bastante reduzido o número de eleitos se comparado ao número de candidatos. Conforme pode ser observado, em 2018 há um salto no número de eleitos e um aumento de 362% de candidatos militares eleitos com postos e graduações nos nomes de urna e de 216% de militares eleitos sem menção aos postos e graduações nos nomes de urna, se comparado com o ano de 1998. Na legislatura anterior, em 2014, o número de candidatos militares eleitos é ainda menor que em 1998.

Diante dos números encontrados, confirma-se a hipótese de que, durante a vigência do fenômeno da “direita envergonhada”, havia um certo descrédito dos próprios militares em relação ao uso de postos e graduações como estratégia para angariar votos. Apesar disso, percebe-se que o prestígio que esses candidatos

mantinham era consequência do cargo que ocupavam, afinal o número de eleitos sempre foi maior entre aqueles que mencionavam os postos e graduações.

No gráfico, percebe-se melhor uma mudança brusca, uma inversão de valores no ano de 2018. Em um contexto de valorização da “direita”, da chegada de uma “onda conservadora” e do aumento da circulação de discursos favoráveis ao regime militar, mencionar as instituições militares em nomes de urna passou a ser visto como uma boa estratégia para atrair o eleitorado.

5 Considerações finais

O objetivo deste trabalho era verificar se haveria um padrão na opção ou não pela inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna de candidatos militares. Mais especificamente, desejava-se examinar se essa opção teria sofrido influência do fenômeno observado por Souza (1988), “a direita envergonhada”. Nesse sentido, buscava-se testar a hipótese de que os discursos negativos acerca do Regime Militar teriam inibido os militares de tal forma que a opção por identificar-se como militar em nomes de urna não seria vista como uma boa estratégia de campanha eleitoral. Consequentemente, o fim da “direita envergonhada” e o surgimento de discursos favoráveis ao regime encorajariam os militares a se identificarem.

Como demonstrado acima, os dados revelam que, até 2014, a maior parte dos militares optavam por não incluir postos e graduações em nomes de urna. Em 2018, houve uma ruptura, uma mudança brusca nesse padrão de comportamento e, pela primeira vez em 20 anos, houve mais militares que optaram pela inclusão. Desta forma, a análise dos dados atesta a hipótese de que a formação dos nomes de urna pode variar em conformidade com os discursos que circulam na sociedade e, portanto, pode ser um indicativo de mudanças no imaginário social.

Acredita-se que este estudo seja de interesse tanto da Antroponomástica como das Ciências Políticas, pois demonstra de que forma um elemento linguístico pode

evidenciar uma situação política. Após uma comparação temporal, seriam igualmente interessantes estudos futuros que fizessem uma comparação por localidade, verificando as diferenças regionais no padrão de formação dos nomes de urna dos militares.

Referências Bibliográficas

AMARAL, E. T. R.; MACHADO, V. B. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. **Revista GTLex**, v. 1, n. 1, 2015. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-4>

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. **Alfa Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. *In*: **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**, v. 1. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

FERNÁNDEZ LEBORANS, M. J. El nombre propio. *In*: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. (dir.). **Gramática descriptiva de la lengua española** - vol. 1: sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 77-128.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. A ‘direita envergonhada’ no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar? *In*: **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAITINO, E. M. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, p.111-134, 2018. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149018>

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SOUZA, M. do C. C. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. *In*: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 563-629.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições anteriores. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 27 jun. 2019.

VAN LANGENDONCK, W. **Theory and typology of proper names**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197853>

Artigo recebido em: 26.09.2019

Artigo aprovado em: 28.03.2020